

CURRÍCULO: CONCEPÇÕES, POLÍTICAS E TEORIZAÇÕES

Concepções de currículo - Ainda que a preocupação com o que e o como ensinar sempre tenha constituído intensa preocupação de todos os que se têm dedicado a estudar e a escrever sobre a educação, o foco no *currículo* é razoavelmente recente, remontando à virada do século XIX para o século XX e expressando a intenção, nos Estados Unidos da América, de responder, por meio de organização do sistema escolar e de seu currículo, às mudanças econômicas, culturais e políticas em processo no país.

Alçado à condição de instrumento de controle social, o currículo foi visto como o instrumento, na escola, capaz de familiarizar os filhos dos imigrantes com as condutas, os valores, as crenças e os costumes que marcavam o cenário cultural estadunidense. Além do cuidado com os aspectos administrativos implicados no desenvolvimento dos currículos, promoveram-se, nesse momento, os primeiros estudos e investigações que fizeram do currículo o foco maior de atenção.

Pode-se dizer que, já nessa oportunidade, o currículo foi considerado o elemento central, na instituição escolar, capaz de contribuir significativamente para que os objetivos previstos fossem alcançados, as experiências planejadas ocorressem e os alunos aprendessem os conhecimentos considerados necessários à sua formação como membros de uma dada sociedade. No currículo, sistematizam-se nossos esforços pedagógicos. O currículo constitui, em outras palavras, o coração da escola, o espaço central em que agimos, o que torna a todos nós, educadores, nos diferentes níveis do processo educacional, responsáveis por sua elaboração.

Se a importância do currículo é hoje indiscutível, sua concepção tem assumido diferentes sentidos, expressando o que, historicamente, entende-se por educação e por um indivíduo educado, e refletindo as influências teóricas hegemônicas. Talvez caiba, então, explicitar alguns desses sentidos e esclarecer o adotado neste dicionário.

O currículo tem sido visto como: (a) os *conteúdos* a serem ensinados e aprendidos; (b) as *experiências de aprendizagem* escolares vivenciadas pelos estudantes; (c) os *planos pedagógicos* elaborados por profissionais da educação; (d) os *objetivos* a serem

atingidos por meio do ensino; (e) os processos de *avaliação*, que afetam a determinação dos conteúdos e dos procedimentos pedagógicos (MOREIRA; CANDAU, 2006).

A palavra currículo já foi também entendida como um *texto*, no sentido que lhe confere Fávero “qualquer passagem falada ou escrita que forma um todo significativo independente de sua extensão” (FAVERO, 1991, p. 7). A visão do currículo como um texto refere-se a tudo que se escreve sobre os elementos da prática pedagógica, bem como a tudo o que se faz para desenvolvê-los nas escolas e nas salas de aulas. Ou seja, nessa concepção, incluem-se tanto as intenções relativas ao processo pedagógico como as vivências que o materializam.

As discussões sobre o currículo necessariamente abordam, com maior ou menor ênfase, os conhecimentos escolares, os procedimentos e as relações sociais que conformam o cenário pedagógico, as transformações que desejamos efetuar nos alunos, os valores que desejamos inculcar e as identidades que pretendemos construir. Em outras palavras, discussões sobre conhecimento, verdade, poder e identidade marcam, invariavelmente, as teorizações sobre questões curriculares. (MOREIRA; CANDAU, 2006; SILVA, 1999)

Neste texto, optamos por entender currículo como as experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, em meio a relações sociais, e que contribuem para a construção das identidades de nossos estudantes. Currículo corresponde, assim, ao conjunto de esforços pedagógicos planejados e desenvolvidos com propósitos educativos.

Políticas curriculares - Importante aspecto diretamente influente nas decisões sobre currículo é a *política curricular*. Para Stephen Ball (1997), a política precisa ser entendida *como texto* e *como discurso*. O autor argumenta que não se trata de adotar uma ou outra, mas sim de destacar que uma está implícita na outra. Sustentamos que sua visão de política é útil para a compreensão do que podemos denominar por política curricular.

Ao considerar as políticas como *textos*, Ball as vê como representações codificadas de modo complexo, em meio a lutas, disputas e alianças, e decodificadas, de forma também complexa, com base nas interpretações, nos significados, nas histórias e nas

MOREIRA, A.F.B. Currículo: concepções, políticas e teorizações. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM

experiências pessoais dos sujeitos implicados bem como nos recursos e nos contextos em que se elaboram e se implementam as políticas. Para qualquer texto, uma pluralidade de leitores produz, inevitavelmente, uma pluralidade de leituras. Porém, os que elaboram as políticas se esforçam por tentar controlar e garantir, por uma série de meios, a leitura “correta”. Mas os textos – as políticas – nunca são suficientemente claros, fechados ou completos. As influências, discordâncias e negociações em relação a eles podem acarretar uma mistura de significados bem como confusão e disseminação de dúvidas.

Importa acentuar também que políticas, representações e intérpretes autorizados (ministros, secretários, assessores, etc.) mudam com frequência, o que faz com que os propósitos sejam constantemente revistos. Lacunas e espaços para determinadas ações e respostas, então, criam-se e recriam-se permanentemente. Assim, os textos referentes às políticas curriculares que chegam às escolas não surgem de repente, de forma homogênea, nem adentram vácuos sociais ou institucionais. Gestores e docentes constituem importantes mediadores das políticas: suas ações e reações afetam as leituras e os destinos dos textos. Todavia, embora todos esses atores sociais escrevam e interpretem ativamente os textos, suas respostas não se dão em quaisquer circunstâncias. Há restrições em relação às políticas: não se trata de um jogo em que a soma final seja zero. A análise requer, portanto, uma compreensão que se baseie não apenas em restrições ou em ações, mas nas mutáveis relações entre constrangimentos e ações humanas. Daí a necessidade de considerarmos também a política como *discurso*.

Com base em Foucault, Ball concebe discurso como uma prática que produz o objeto de que fala. O discurso não é sobre um objeto, não identifica um objeto: o discurso é uma fala que constitui esse objeto e, ao fazê-lo, esconde o fato de tê-lo constituído. Não falamos um discurso, ele nos fala, ao nos oferecer certas possibilidades e categorias para o pensamento e ao censurar ou omitir outras, restringindo certas possibilidades de interpretação.

Cabe, desse modo, evitar tanto o “otimismo ingênuo” que negligencia as limitações discursivas, como o “pessimismo ingênuo” que não considera que, em uma sociedade complexa, estamos imersos em uma variedade de discursos dissonantes, incoerentes e contraditórios, assim como em conhecimentos subjugados que não podem ser

MOREIRA, A.F.B. Currículo: concepções, políticas e teorizações. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM

totalmente excluídos das arenas de implementação da política. Daí a necessidade de conceber a política de currículo como texto e como discurso, ao pensarmos e sugerirmos alternativas (MOREIRA, 2000).

Campo do currículo - Após destacar alguns dos significados atribuídos ao currículo, de esclarecer a nossa preferência por um dado sentido e de apresentar uma determinada visão de política curricular, pode ser útil focar a expressão *campo do currículo*. Recorrendo a Pinar e seus colaboradores (1995), entendemos *campo* como formado por pessoas cujo trabalho consiste em escrever textos a partir de limites historicamente estabelecidos, bem como de tradições, regras e princípios que seus antecessores definiram como razoáveis. Campos, pessoas, ideias, problemas, teorias e métodos se modificam, não linearmente, em velocidades variáveis e avaliadas diferentemente conforme as circunstâncias e os agentes sociais envolvidos no processo. Em meio a essas transformações, rupturas ocorrem e tradições anteriores se deslocam e se reorganizam em outras problemáticas, com a intensificação de contradições e a emergência de crises (MOREIRA, 1998).

Amparando-nos em Forquin (1983), compreendemos o *campo do currículo* como a abordagem de determinados fenômenos educativos, como uma forma de pensar a educação que prioriza os conhecimentos escolares e seu tratamento nas escolas e nas salas de aula. Integram-se, nessa visão, questões referentes ao conhecimento escolar e à pedagogia. Nesse contexto, pedagogia é vista como incluindo tanto o ensino como as visões sociais que o norteiam, como referida tanto às questões do tipo “como” quanto às questões do tipo “por que”, relativas aos processos de transmissão, reprodução e produção do conhecimento (GORE, 1993). Currículo e pedagogia, nessa perspectiva, configuram um todo, sendo isoláveis apenas para fins de análise (MOREIRA, 1998).

Teoria do currículo - No campo do currículo, desenvolvem-se estudos e formulam-se teorias. Silva (1999), em sua discussão sobre a *teoria do currículo*, questiona a visão de que uma teoria representaria algo “lá fora”, anterior à própria teoria – uma coisa chamada currículo. Assumindo outra perspectiva, Silva considera que, ao descrever um objeto, a teoria, de certa maneira, o cria. Faria mais sentido, então, falar não em teoria, mas em texto ou discurso. Como já acentuamos, o discurso produz o objeto de que fala.

O que um discurso sobre o currículo efetivamente faz é construir uma determinada noção de currículo.

Mas, admite Silva, o uso da palavra teoria está tão difundido que não faz sentido ignorá-la. Contudo, alerta: é preciso atentar para seu papel ativo na constituição do que supostamente apenas descreveria.

Uma forma adequada de distinguir as diferentes teorias de currículo é por meio dos diferentes conceitos que empregam. Analisando os deslocamentos ocorridos nesses conceitos, Silva classifica as teorias em tradicionais, críticas e pós-críticas.

Segundo Moreira, Pacheco e Garcia (2004), o campo da teoria curricular é, hoje, mais do que nunca, extremamente dinâmico e atento aos desenvolvimentos teóricos em outros campos. Como exemplos de recentes fertilizações cruzadas, destacamos as teorias da complexidade e as filosofias da diferença com notáveis influências nas teorizações sobre currículo. Da interação das discussões sobre as políticas curriculares e das perspectivas teóricas têm resultado, então, sensíveis avanços no conhecimento dessa figura de proa no cenário educacional – o currículo.

ANTONIO FLAVIO BARBOSA MOREIRA

BALL, S. *Education reform: a critical and post-structural approach*. Buckingham: Open University Press, 1997.

FÁVERO, L. L. *Coesão e coerência textuais*. São Paulo: Ática, 1991.

FORQUIN, J. C. *Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

GORE, J. *The struggle for pedagogies: critical and feminist discourses as regimes of truth*. New York: Routledge, 1993.

MOREIRA, A.F.B. Currículo: concepções, políticas e teorizações. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM

MOREIRA, A. F. B. As contribuições e impasses da teoria curricular crítica. In: CHASSOT, A.; OLIVEIRA, R. J. (Org.) *Ciência, ética e cultura na educação*. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 1998.

MOREIRA, A. F. B. As reformas curriculares como instrumento de controle da escola, do professorado e do aluno. *Cadernos para o Professor*, Juiz de Fora, Ano 8, n. 10, p. 6-15, 2000.

MOREIRA, A. F. B.; PACHECO, J. A.; GARCIA, R. L. *Currículo: pensar, sentir e diferir*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

MOREIRA, A. F.; CANDAU, V. M. *Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006

PINAR, W. F. et al. *Understanding curriculum*. New York: Peter Lang, 1995.

SILVA, T. T. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

MOREIRA, A.F.B. Currículo: concepções, políticas e teorizações. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM